



PREVALÊNCIA DO DESMAME PRECOCE E O DESENVOLVIMENTO DE ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA EM CRIANÇAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Ariane Baptista Meirelles¹

Aymê Cristina Almeida da Mota²

Brenda Oliveira Silva³

Bruna Ribeiro dos Santos⁴

Marcelo Costa Santos⁵

RESUMO

Introdução: O aleitamento materno é considerado um recurso fundamental para promoção da saúde nutricional da criança. O desmame, quando ocorrido antes dos seis meses de idade, tem sido associado a um maior risco de desenvolvimento de Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV). O desmame tardio e a introdução gradual de alimentos sólidos, conforme recomendado pelos profissionais de saúde, podem contribuir para um desenvolvimento mais saudável e reduzir a probabilidade de alergias alimentares. **Método:** O estudo em questão trata-se de uma revisão de literatura com a utilização de publicações acadêmicas e científicas que apresentam uma análise sobre a temática escolhida, preferindo-se as publicações que demonstram maior relevância de acordo com os indicadores buscados. **Discussão:** A introdução precoce do leite de vaca exerce influência na saúde alimentar da criança. Essa introdução muitas vezes está associada a um aleitamento insuficiente ou inexistente nos primeiros meses de vida, um período sensível ao desenvolvimento de complicações, mesmo que estes se manifestem tardiamente. **Conclusão:** o desenvolvimento da alergia à proteína do leite de vaca está associado ao desmame precoce, pois como consequência do desmame, ocorre a introdução do leite de vaca e seus derivados de forma antecipada na alimentação da criança. Nessa fase da vida ainda não há anticorpos suficientes para inibir a reação do sistema imunológico às proteínas do leite, principalmente à caseína (proteína do coalho) e às proteínas do soro (alfalactoalbumina e beta-lactoglobulina).

Palavras-chave: Alergia. Proteína do Leite de Vaca. Amamentação. Desmame precoce. Crianças.

¹ Graduanda em Biomedicina, 8º semestre, Rede UniFTC.

² Graduanda em Nutrição, 8º semestre, Rede UniFTC.

³ Graduanda em Nutrição, 8º semestre, Rede UniFTC.

⁴ Graduanda em Biomedicina, 8º semestre, Rede UniFTC.

⁵ Professor Orientador, Rede UniFTC.

ABSTRACT

Introduction: Breastfeeding is considered a fundamental resource for promoting children's nutritional health. Weaning, when occurring before six months of age, has been associated with a greater risk of developing Cow's Milk Protein Allergy (CMPA). Late weaning and the gradual introduction of solid foods, as recommended by health professionals, can contribute to healthier development and reduce the likelihood of food allergies. **Method:** The study in question is a literature review using academic and scientific publications that present an analysis of the chosen topic, preferring publications that demonstrate greater relevance according to the indicators sought. **Discussion:** The early introduction of cow's milk influences the child's nutritional health. This introduction is often associated with insufficient or non-existent breastfeeding in the first months of life, a period sensitive to the development of complications, even if they appear late. **Conclusion:** the development of allergy to cow's milk protein is associated with early weaning, as as a consequence of weaning, cow's milk and its derivatives are introduced early into the child's diet. At this stage of life, there are not yet enough antibodies to inhibit the immune system's reaction to milk proteins, especially casein (rennet protein) and whey proteins (alpha-lactalbumin and beta-lactoglobulin)

Keywords: Allergy. Cow's Milk Protein. Breast-feeding. Early weaning. Children.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Jordani *et al.* (2021), a alergia alimentar acontece quando o sistema imunológico interpreta um alimento como uma ameaça ao corpo, desencadeando uma reação adversa. Esse alimento é identificado como um alérgeno. “Os alérgenos alimentares são definidos como componentes de alimentos ou ingredientes dentro de alimentos reconhecidos por células imunes específicas provocando reações imunológicas e sintomas característicos” (JORDANI, M. T. *et al.*, 2021). Ainda salienta Jordani *et al.* (2021) que dentro da variedade de alimentos, o leite de vaca ganha destaque em casos de alergia alimentar em crianças. Isso ocorre porque geralmente é o primeiro alimento introduzido, e a alergia à proteína do leite de vaca (APLV) figura como uma das principais causas de reações alérgicas em bebês e crianças com menos de três anos. “A APLV é caracterizada pela reação do sistema

imunológico às proteínas do leite, principalmente à caseína (proteína do coalho) e às proteínas do soro (alfalactoalbumina e beta-lactoglobulina)” (LINS, T. I. de S. *et al.*, 2022).

Segundo o que apresenta Jordani *et al.* (2021), dentre os elementos associados ao surgimento da APLV, incluem-se fatores tanto intrínsecos, como a herança genética, quanto extrínsecos, como a interrupção prematura da amamentação. Isso destaca a importância fundamental da amamentação na preservação da saúde infantil e na prevenção de doenças como a APLV. De acordo com Luz e Silva *et al.* (2019), amamentar é reconhecido como a estratégia natural mais inteligente para proteger, nutrir e fortalecer o vínculo com a criança. Esta prática é uma intervenção valiosa na redução dos índices de doenças e mortalidade infantil, desempenhando um papel importante na prevenção de problemas intestinais, respiratórios, alérgicos e metabólicos. A amamentação exclusiva nos primeiros meses de vida diminui o risco de desenvolvimento de alergia à proteína do leite de vaca (LINS, T. I. de S. *et al.*, 2022).

Como aborda Brasil (2023), na busca pela redução da morbimortalidade infantil e no fomento à prática do aleitamento materno, dois programas se destacam na promoção da saúde materno-infantil. O programa nacional Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) representa um selo de qualidade conferido pelo Ministério da Saúde, distinguindo hospitais que adotam os 10 Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno, diretrizes estabelecidas pela Unicef e OMS.

Enquanto isso, no âmbito municipal, conforme estabelecido pela Lei Municipal de Camaçari nº 825/2007, destaca-se o Programa Municipal de Proteção e Incentivo ao Aleitamento Materno de Camaçari, Bahia, que amplia em 60 dias a licença-maternidade para servidoras públicas municipais da Prefeitura e da Câmara Municipal que estejam amamentando seus filhos ao término dos 120 dias da licença maternidade, em consonância com as disposições da Constituição Federal. Ambos os programas, em esferas distintas, convergem para a relevância do aleitamento materno como instrumento vital na preservação da saúde e bem-estar das crianças e de suas mães.

No que apresenta Luz e Silva *et al.* (2019), os primeiros estágios da vida desempenham um papel crucial no desenvolvimento humano, sendo influenciados por fatores nutricionais e metabólicos que são essenciais para um crescimento saudável. Os hábitos alimentares adotados nessa fase têm um impacto duradouro, afetando a saúde ao longo da vida adulta. “A exposição ao leite de vaca nos primeiros meses de vida, aumentam o risco de desenvolvimento da alergia à essa proteína” (Lins, T. I. de S. *et al.*, 2022).

Ditado como uma resposta excedente do sistema imunológico diante de agentes/substâncias variadas que entram no organismo, a alergia provoca diversas consequências, que podem ser mais ou menos graves. A depender da sensibilidade, uma determinada substância pode causar uma grande reação alérgica em uma pessoa, enquanto outras não sentem nada de diferente ou adverso. Os sintomas variam diretamente de acordo com os tipos de alergia que a pessoa possui.

Rios *et al* (2022) apresenta que as reações mediadas pela IgE geralmente se mostram com sintomas logo após a ingestão do alimento, frequentemente afetando a pele (urticária, inchaço), o sistema respiratório (tosse, chiado no peito, congestão nasal) e, em casos mais graves, o sistema cardiovascular (queda de pressão), podendo até mesmo desencadear anafilaxia. Enquanto as mistas envolvem a ação conjunta do anticorpo IgE, e células do sistema imunológico (linfócitos T) e citocinas, que são ativadas em reações alérgicas, se manifestando em condições como gastropatias eosinofílicas (como esofagite, gastrite e gastroenterite eosinofílicas), dermatite atópica e asma.

O diagnóstico da APLV é lento e minucioso. A criança passa por uma observação a partir do início dos sintomas, ou seja, desde a suspeita até a confirmação por meio de testes e exames específicos para elucidação diagnóstica da alergia. No que Solé *et al.* (2018b) apresenta, os testes cutâneos e a pesquisa de anticorpos IgE específicos – produzidos pelo corpo em certas reações alérgicas ao leite – costumam ser aplicados quando há suspeita de alergia alimentar IgE mediada ou mista.

Além dos testes apresentados, Solé *et al.* (2018) traz que o teste de provocação oral (TPO) também é um método confiável para diagnosticar alergias alimentares. No

qual envolve a administração gradual do alimento suspeito ou placebo, sob supervisão médica, com intervalos regulares para observar reações clínicas. Geralmente é realizado após um período de exclusão dietética para resolver os sintomas clínicos.

Deste modo, se faz relevante compreender o que diz a literatura sobre a prevalência do desmame precoce e o desenvolvimento de alergia à proteína do leite de vaca em crianças até os três anos de idade, levando em consideração que no Brasil, pediatras gastroenterologistas observaram a incidência de 2,2% de APLV em crianças, sendo que lactantes amamentados exclusivamente de leite materno tem incidência de 0,5% a APLV, como também, as manifestações mais moderadas comparadas às crianças alimentadas com fórmula infantil (Lins, T. I. de S. *et al.*, 2022).

Esta pesquisa tem como objetivo identificar a prevalência da APLV (Alergia à Proteína do Leite de Vaca) em crianças com desmame precoce. E dessa forma, defender a importância da amamentação exclusiva nos primeiros meses de vida, uma vez que tal conhecimento pode contribuir no desenvolvimento de estratégias preventivas para o problema e culminar em ações que fortaleçam a prática do aleitamento materno, favorecendo a redução da prevalência de APLV em crianças.

2 METODOLOGIA

O estudo, trata-se de uma revisão bibliográfica, do tipo integrativa, sobre a prevalência do desmame precoce e o desenvolvimento da proteína do leite de vaca em crianças, com a utilização de publicações acadêmicas e científicas que apresentam uma análise sobre a temática escolhida, preferindo-se as publicações que demonstram maior relevância de acordo com os indicadores buscados.

Foram utilizadas as plataformas SciELO, Biblioteca Virtual em saúde (BVS), Lilacs e Pudmed pelo uso dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Fatores de Risco, Leite de Vaca, Alergia à Proteína do Leite de Vaca, Aleitamento Materno Exclusivo e Proteína do Leite de Vaca combinados pelo operador booleano AND e OR.

A associação dos descritores permitiu identificar 199 trabalhos, os quais foram filtrados pelos seguintes critérios de inclusão: a) ser artigos originais; b) texto completo, em inglês, português e espanhol; c) ter sido publicado nos últimos 10 anos (2013 a 2023). Os critérios de exclusão foram trabalhos duplicados, desatualizados, e

aqueles que não respondiam à questão de pesquisa apresentada neste estudo, restando para o desenvolvimento deste trabalho 5 artigos.

A busca foi realizada por quatro estudantes, sendo duas de nutrição e duas de biomedicina. Na primeira etapa, a busca foi organizada dividindo subtemas como: situação socioeconômica, genética, alimentação na gestação e introdução alimentar. Foram analisados os títulos e resumos dos artigos encontrados. Na segunda etapa, os artigos que não estavam de acordo com os critérios de inclusão foram retirados da pesquisa, e começou-se um aprofundamento na análise dos artigos que permaneceram.

Na terceira etapa, houve uma revisão de toda a pesquisa, garantindo a relevância, validade e confiabilidade das informações, e com o objetivo de captar o que poderia ser necessariamente excluído ou acrescentado. Foi realizada a síntese do estudo através de uma revisão temática, organizando os conteúdos encontrados em categorias, temas e tópicos, destacando as principais descobertas.

3 RESULTADOS

A amostra deste estudo foi composta por 5 artigos, dos últimos 10 anos, sendo 2019 a 2022 com maior prevalência de publicações acerca da temática investigada.

Quadro 1 – Descrição dos estudos clínicos de revisão

Nº	Autor (Ano)/Estudo	Objetivo	População	Intervenção (Método)	Resultado Principal
1	Urashima M, <i>et al</i> (2019) /Prevenção primária da sensibilização e alergia alimentar ao leite de vaca, evitando a suplementação com fórmula de leite de vaca ao nascer.	Verificar se não fornecer suplementação com fórmula de leite de vaca (CMF) no momento do nascimento pode reduzir os riscos de desenvolver sensibilidade	A pesquisa envolveu 312 recém-nascidos de um hospital universitário no Japão.	Logo após o nascimento, os recém-nascidos foram aleatoriamente designados em uma proporção de 1 para 1 para dois grupos: um que foi amamentado (AM) com ou sem fórmula elementar (FE) à base de aminoácidos nos primeiros 3 dias	Os dados indicam que a sensibilização à proteína do leite de vaca e alergias alimentares, incluindo a alergia ao leite de vaca e casos de anafilaxia, podem ser prevenidos em grande parte ao evitar a introdução de suplementação com fórmula de leite de vaca nos primeiros três dias de vida.

		e à proteína do leite de vaca e/ou alergia alimentar clínica, incluindo alergia ao leite de vaca (APLV).		de vida (grupo AM/FE), e outro que recebeu amamentação (AM) com suplementação de fórmula de leite de vaca (CMF) a partir do primeiro dia de vida até os 5 meses de idade (grupo AM mais CMF).	
2	Jordani, M.T. <i>et al</i> (2021) /Perfil clínico e nutricional de crianças com alergia à proteína do leite de vaca.	Identificar as principais características clínicas e nutricionais apresentadas pelas crianças com alergia à proteína do leite de vaca.	Um total de 22 crianças, em idades que variam de 6 meses a 6 anos, diagnosticadas com alergias em diferentes estágios do Hospital das Clínicas, da universidade federal do Triângulo Mineiro.	Estudo observacional, transversal, quantitativo e correlacional, com amostra de conveniência, constituída por crianças diagnosticados com alergia em diferentes estágios, atendidas no ambulatório de Gastroenterologia e Pediátrica do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.	Crianças com alergia à proteína do leite de vaca (APLV) apresentam sintomas gastrointestinais, mas mantêm bom estado nutricional, sem anemia por falta de ferro. Elas substituem o leite de vaca por fórmulas infantis especializadas (AA e FEH), consomem vegetais e carne vermelha, limitando alimentos industrializados. Apesar do início apropriado da alimentação complementar, muitas fazem desmame precoce do leite materno.
3	Birgit Kalb <i>et al</i> . (2022) /Indução de tolerância através da alimentação precoce para prevenir alergia alimentar em bebês com eczema.	Avaliar a eficácia (superioridade) da introdução precoce de pequenas quantidades de alimentos alergênicos (ovo de galinha (HE), leite de vaca (MC),	Bebês com eczema de 4 a 8 meses de idade. Total de 150 participantes. Sendo estes participantes da Charité - Universitätsmedizin e de exames regulares de bebês em médicos de atenção	Foi conduzido um ensaio clínico que seguiu um rigoroso padrão, sendo randomizado, controlado por placebo, duplo-cego e unicêntrico. Os participantes foram alocados aleatoriamente em uma proporção de	A maioria das famílias (32%) não seguiu a dieta recomendada no estudo, ressaltando a necessidade de simplificar a introdução de alimentos alergênicos para pais de bebês. Alguns começaram aos 3 meses, enquanto outros seguiram a recomendação padrão de começar aos 6 meses. Entre as crianças que seguiram o plano, aquelas que iniciaram

		amendoim (PN) e avelã (HN),) no desenvolvimento de alergia alimentar no primeiro ano de vida em bebês com eczema.	primária em Berlim.	2:1, com o grupo ativo recebendo biscoito em pó contendo alergênicos (inicialmente aproximadamente 2 mg de cada proteína alimentar) diariamente por um período de 6-8 meses, enquanto o grupo placebo recebeu diariamente o mesmo biscoito em pó, porém sem a presença de alergênicos. Durante o período de intervenção, a quantidade de alérgenos no produto do estudo foi aumentada em três etapas, cada uma delas ocorrendo após 6 semanas.	mais cedo tiveram menos alergias alimentares (2,4%) em comparação com as que esperaram até os 6 meses (7,3%). Contudo, ao considerar todas as crianças, incluindo aquelas que não seguiram o plano corretamente, a diferença não foi estatisticamente clara (5,6% versus 7,1%) devido ao não cumprimento adequado por muitas pessoas.
4	Patriota Cavalcanti Neta, M de L. (2022) /Prevalência da associação entre alergia à proteína do leite de Vaca e intolerância à lactose.	Analisar prevalência da APLV e a intolerância à lactose em crianças que fazem uso de fórmula infantil dentro de um programa municipal para esse público.	No estudo, participaram 225 indivíduos, com uma média de idade de 14 meses, havendo uma menor incidência de crianças com diagnóstico médico de APLV associado à intolerância à lactose. População da	Trata-se de um estudo transversal, onde a pesquisa foi realizada através da análise documental de prontuários das crianças atendidas no Programa de Distribuição de Fórmulas Especiais para Crianças com APLV e amostragem	A pesquisa indicou uma possível conexão entre a APLV e intolerância à lactose em crianças que usam fórmula infantil no Programa de Fornecimento de Fórmulas para Crianças com APLV. Entre as 225 crianças usando fórmulas, 48,4% apresentaram tanto APLV quanto intolerância à lactose, enquanto 51,6% tinham exclusivamente APLV.

			cidade de Natal-RN.	não probabilística.	
5	Lins, T. I. de S, <i>et al</i> (2022) /Alergia a Proteína do Leite de Vaca em Crianças: Repercussões da Dieta de Exclusão Sobre o Estado Nutricional.	Avaliar repercussões nutricionais mais frequentes em crianças com alergia à proteína do leite de vaca.	Foram incluídas 140 crianças, com diagnóstico de APLV, com idade de 0 a 5 anos, no Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP), hospital de Recife - Pernambuco.	Estudo observacional, de corte transversal, com pacientes com diagnóstico clínico de APLV atendidos no ambulatório de um hospital de referência de abril a dezembro de 2019 com crianças de 0 a 5 anos. Inicialmente foram coletados dados dos pacientes aptos para a pesquisa, provenientes das fichas de acompanhamento do ambulatório de gastroenterologia pediátrica, e foi desenvolvido um questionário para obter outras informações referentes a caracterização da amostra e suas variáveis. Foram reunidos dados sociodemográficos.	Foram analisadas 140 crianças, com média de diagnóstico aos 2 meses. Quanto ao estado nutricional, houve aumento no percentual de crianças eutróficas. Nas manifestações clínicas da APLV, predominaram sintomas do tipo tardio (86,4%). No leite inicial, 70% iniciaram com fórmula para idade, 20,7% com leite integral e apenas 9% apresentaram reação alérgica durante aleitamento materno exclusivo.

				os e clínicos, dados antropométricos e medidas de acompanhamento, práticas alimentares, e aplicado questionário sobre história de aleitamento materno. Foi utilizado o teste de Kolmogorov Smirnov para variáveis normais, e testes de MannWhitney e Kruskal Wallis, para resultados diferentes do normal.	
--	--	--	--	--	--

O Departamento Científico de Alergia Alimentar da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia (ASBAI) fez um levantamento e notou que a taxa de sensibilização que indica o início da alergia vem crescendo continuamente. Os casos costumam aparecer logo na primeira infância, e é por isso que a investigação e tratamento devem começar o quanto antes.

4 DISCUSSÃO

Os estudos indicam que o desmame e a introdução precoce do leite de vaca são fatores de risco significativos para APLV, uma vez que o sistema imunológico do RN (recém-nascido) ainda não está totalmente desenvolvido nesse período e a permeabilidade intestinal é alta. O leite materno possui fatores imunológicos que protegem o lactente de infecções, sendo o IgA, o anticorpo em maior volume presente, e é o leite materno que protege e estimula a maturação da barreira intestinal do bebê. O consumo antecipado de leite de vaca torna o organismo do bebê mais suscetível a reações de hipersensibilidade. Além disso, a imaturidade gastrointestinal do recém-

nascido o torna propenso a absorver moléculas alergênicas, como as proteínas do leite.

Os resultados da pesquisa de Urashima *et al.* (2019), intitulada “Prevenção primária da sensibilização e alergia alimentar ao leite de vaca, evitando a suplementação com fórmula de leite de vaca ao nascer” sugerem que a não suplementação com fórmula de leite de vaca nos primeiros três dias de vida pode desempenhar um papel crucial na prevenção primária da sensibilização à proteína do leite de vaca e alergias alimentares, incluindo a alergia ao leite de vaca (APLV). Ao comparar dois grupos de recém-nascidos, aqueles que receberam amamentação com ou sem suplementação de fórmula elementar à base de aminoácidos nos primeiros três dias (grupo AM/FE) e os que foram amamentados com suplementação de fórmula de leite de vaca até os cinco meses de idade (grupo AM mais CMF), observou-se uma notável redução nas taxas de sensibilização e alergias no primeiro grupo.

Os resultados destacam a importância crítica dos primeiros dias de vida na modulação do sistema imunológico, indicando que a exposição precoce à fórmula de leite de vaca pode contribuir significativamente para o aumento do risco de desenvolvimento dessas condições. Esta descoberta tem implicações práticas consideráveis para as estratégias de saúde neonatal, reforçando a importância de políticas que promovam a exclusividade da amamentação nos primeiros dias de vida como uma medida eficaz na prevenção de alergias alimentares.

O estudo conduzido por Jordani *et al.* (2021), denominado “Perfil clínico e nutricional de crianças com alergia à proteína do leite de vaca” destaca importantes aspectos clínicos e nutricionais em crianças diagnosticadas com alergia à proteína do leite de vaca (APLV). Os resultados revelam que as manifestações clínicas predominantes neste grupo estão relacionadas a sintomas gastrointestinais, ressaltando a relevância do monitoramento e manejo adequado dessas condições, para garantir o bem-estar das crianças afetadas.

Notavelmente, a manutenção de um estado nutricional adequado nas crianças com APLV é uma observação positiva, sugerindo estratégias eficazes de substituição do leite de vaca por fórmulas infantis especializadas. A ausência de anemia devido à deficiência de ferro é um achado encorajador e destaca a importância das escolhas

alimentares realizadas para compensar as restrições impostas pela alergia. A observação de hábitos alimentares, como a variedade de consumo de vegetais e carne vermelha, e a restrição de alimentos industrializados, oferece *insights* valiosos para a orientação nutricional dessas crianças. No entanto, a identificação de um desmame precoce do leite materno em muitos casos destaca a necessidade de intervenções específicas para garantir a continuidade da amamentação, considerando seus benefícios para a saúde infantil. Esses resultados fornecem contribuições significativas para a compreensão e abordagem clínica da APLV em crianças, com implicações práticas para a orientação alimentar e o manejo nutricional dessa população específica.

O estudo de Kalb *et al.* (2022) foca na avaliação da introdução precoce de pequenas quantidades de alimentos alergênicos para prevenir o desenvolvimento de alergias alimentares em bebês com eczema. Os resultados revelam desafios significativos na implementação da dieta recomendada, com apenas 32% das famílias seguindo o plano proposto. Isso destaca a importância de tornar a introdução de alimentos alergênicos mais prática para os pais e cuidadores, uma vez que a adesão à dieta é crucial para avaliar a eficácia da estratégia preventiva. Observa-se que alguns bebês iniciaram a introdução de alimentos potencialmente alergênicos aos 3 meses, enquanto outros seguiram o padrão mais comum de início aos 6 meses. A análise dos resultados entre as crianças que seguiram o plano indica uma tendência positiva, mostrando uma menor incidência de alergias alimentares naqueles que iniciaram precocemente em comparação com aqueles que aguardaram até os 6 meses. No entanto, é crucial notar que, ao considerar todas as crianças, incluindo aquelas que não aderiram ao plano, a diferença estatística não foi tão clara (5,6% versus 7,1%). Isso ressalta a necessidade de estratégias mais eficazes de educação e suporte para os pais, visando melhorar a adesão ao plano alimentar. A discussão destaca a complexidade prática da implementação da introdução precoce de alimentos alergênicos e enfatiza a importância de abordagens realistas que considerem as necessidades e desafios enfrentados pelas famílias na prevenção de alergias alimentares em bebês com eczema.

O estudo de Patriota Cavalcanti Neta (2022), intitulado “Prevalência da associação entre alergia à proteína do leite de Vaca e intolerância à lactose”, aborda

a prevalência da associação entre alergia à proteína do leite de vaca (APLV) e intolerância à lactose em crianças beneficiárias de fórmulas infantis no contexto de um programa municipal. Os resultados revelam uma significativa correspondência de dados, indicando uma possível conexão entre APLV e intolerância à lactose nessa população. Esta descoberta ressalta a relevância da avaliação abrangente da condição alimentar dessas crianças, particularmente no contexto do fornecimento de fórmulas infantis. A associação frequente entre APLV e intolerância à lactose sugere a necessidade de uma abordagem cuidadosa e personalizada no manejo nutricional desses casos, considerando as implicações para a escolha adequada de fórmulas e estratégias alimentares. Esses achados contribuem para o conhecimento sobre a saúde alimentar de crianças em programas municipais, indicando a necessidade de abordagens integradas e personalizadas no cuidado nutricional dessa população específica.

Os resultados do estudo, conduzidos por Lins, TI de S. *et al* (2022), intitulado "Alergia à Proteína do Leite de Vaca em Crianças: Repercussões da Dieta de Exclusão Sobre o Estado Nutricional", revelam que a dieta de exclusão exigida para crianças com alergia à proteína do leite de vaca (APLV) demonstrou uma tendência positiva em relação ao estado nutricional, evidenciada pelo aumento no percentual de crianças eutróficas. A predominância de sintomas tardios da APLV ressalta a complexidade do diagnóstico e a necessidade de monitoramento contínuo. A identificação de fórmulas para idade como desencadeadoras comuns de reações alérgicas sugere a importância de estratégias de formulação mais seguras ou alternativas nutricionais para esse grupo. A baixa incidência de reações durante o aleitamento materno exclusivo destaca a relevância da promoção do aleitamento materno como medida preventiva. No entanto, a discussão aponta para a necessidade de estudos longitudinais para compreender melhor os impactos a longo prazo da dieta de exclusão na nutrição e no desenvolvimento dessas crianças, contribuindo assim para melhorias nas estratégias de manejo nutricional em casos de APLV.

De acordo com os estudos analisados, todos apontaram em algum grau a influência que a introdução precoce do leite da vaca tem na saúde alimentar da criança. Grande parte dessa introdução precoce vem ao aleitamento insuficiente ou

inexistente nos primeiros meses de vida da criança, período este mais sensível ao desenvolvimento de possíveis complicações, mesmo que muitas vezes tardias.

Além da intervenção médica, com exames físicos, história clínica do paciente em conjunto com a interpretação dos exames, contamos com uma equipe de profissionais capacitados de outras áreas da saúde para que esse diagnóstico seja possível. Dentre eles, profissionais de nutrição desempenham um papel fundamental ao fornecer orientações sobre a importância da nutrição adequada durante o período de amamentação, garantindo que as mães estejam cientes das necessidades nutricionais tanto para elas quanto para o bebê. Além disso, a presença de nutricionistas pode ajudar a identificar e solucionar problemas nutricionais específicos, tanto para a mãe quanto para o bebê. Em casos de mães com necessidades dietéticas especiais, os nutricionistas podem prescrever planos alimentares personalizados que garantam uma amamentação segura e nutritiva.

Os biomédicos, por sua vez, podem realizar exames para garantir a saúde materna e infantil, identificando possíveis condições médicas que possam impactar a amamentação. A pesquisa biomédica é crucial para entender os benefícios do aleitamento materno exclusivo em diferentes contextos e para desenvolver estratégias mais eficazes de promoção e suporte, além de contribuir na identificação de fatores de risco que podem afetar a amamentação, permitindo intervenções precoces e personalizadas para superar desafios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da presente revisão permitiram associar o desenvolvimento da alergia à proteína do leite de vaca ao desmame precoce, pois como consequência do desmame precoce ocorre a introdução do leite de vaca e seus derivados de forma antecipada na alimentação da criança. Nessa fase da vida ainda não há anticorpos suficientes para inibir a reação do sistema imunológico às proteínas do leite, principalmente à caseína (proteína do coalho) e às proteínas do soro (alfalactoalbumina e beta-lactoglobulina).



Para garantir uma nutrição adequada, que estimule o aleitamento materno, evitando alergias alimentares, faz-se necessário seguir as instruções da Organização Mundial de Saúde (OMS), onde é preconizada a amamentação até, pelo menos, os 6 meses de vida.

A atuação conjunta de profissionais de nutrição e biomedicina desempenha um papel crucial na promoção e incentivo ao aleitamento materno exclusivo. Ambas as áreas contribuem com conhecimentos distintos e complementares, formando uma abordagem multiprofissional que visa o bem-estar da mãe e do bebê.

Uma equipe multiprofissional é essencial para criar abordagens integradas na prevenção, diagnóstico e tratamento da APLV, bem como na orientação para um desmame adequado, caso necessário.

Ademais, apesar da existência de alguns programas públicos a respeito desse tema, é preciso um incentivo maior às políticas públicas para a promoção do aleitamento materno e propagação de informações para as mães, a fim de disseminar todos os benefícios que a amamentação, com período correto, pode proporcionar, visto que ainda se percebe um déficit de informação adequada a grande parte desse público. Além de abordar sobre os malefícios que desmame e a introdução do leite de vaca e laticínios de forma precoce pode provocar na saúde da criança.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Fórmulas nutricionais para crianças com alergia à proteína do leite de vaca**. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia no SUS, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/conitec/ptbr/midias/relatorios/2018/recomendacao/relatorio_formulas_nutricionais_aplv.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Hospitais que fazem parte da Iniciativa Hospital Amigo da Criança oferecem atendimento humanizado e estímulo ao aleitamento materno**: Capacitação e acolhimento por parte da equipe multiprofissional faz a diferença no cuidado aos pais e recém-nascidos, 14 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/hospitais-que-fazem-parte-da-iniciativa-hospital-amigo-da-crianca-oferecem-atendimento-humanizado-e-estimulo-ao-aleitamento-materno>. Acesso em: 17 dez. 2023.

JORDANI, M. T. *et al.* **Perfil clínico e nutricional de crianças com alergia à proteína do leite de vaca**. Medicina (Ribeirão Preto), v. 54, n. 4, 30 dez. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/176348/180430>. Acesso em: 28 out. 2023.

Kalb B, Meixner L, Trendelenburg V, Unterleider N, Dobbertin-Welsch J, Heller S, Dölle-Bierke S, Roll S, Lau S, Lee YA, Fauchère F, Braun J, Babina M, Altrichter S, Birkner T, Worm M, Beyer K. **Indução de tolerância através da alimentação precoce para prevenir alergia alimentar em bebês com eczema (TEFFA)**: justificativa, desenho do estudo e métodos de um ensaio clínico randomizado. Testes 23, 210 (2022). Disponível em: <https://trialsjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13063-022-06126-x#citeas>. Acesso em: 28 out. 2023.

LEIS MUNICIPAIS (BA). Lei Ordinária 825 2007 de Camaçari-BA. **LEI Nº 825, DE 09 DE OUTUBRO DE 2007**: Cria o Programa Municipal de Proteção, Promoção e Incentivo ao Aleitamento materno e amplia, no âmbito do Município de Camaçari, o prazo da licença-maternidade para as servidoras públicas municipais que estão amamentando, e dá outras providências. 24 dez. 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/c/camacari/lei-ordinaria/2007/83/825/lei-ordinaria-n-825-2007-cria-o-programa-municipal-de-protecao-promocao-e-incentivo-ao-aleitamento-materno-e-amplia-no-mbito-do-municipio-de-camacari-o-prazo-da-licenca-maternidade-para-as-servidoras-publicas-municipais-que-estao-amamentando-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 17 dez. 2023.

LINS, Tazla Ingrid de Sousa; NEVES, Conciana Maria Andrade Freire; SILVA, Dayse Rafaela Lima dos Santos; MARMO, Michela Cynthia da Rocha. **Alergia à Proteína do Leite de Vaca em Crianças: Repercussões da Dieta de Exclusão Sobre o Estado Nutricional**, [s. l.], 5 jan. 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/42279/pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

LUZ E SILVA, A. M. *et al.* **A introdução alimentar precoce e o risco de alergias: Revisão da literatura**, v. 18, n. 2, p. 470–511, 4 mar. 2019. Disponível em: https://scielo.isciii.es/pdf/eg/v18n54/pt_1695-6141-eg-18-54-470.pdf. Acesso em: 29 out. 2023.

MARTINS, Aline; OLIVEIRA, Andressa Cristiano de; MENEGUSSO, Silvia Ferreira. **Alergia Alimentar e Desmame Precoce: uma revisão do ponto de vista nutricional**. Anais do EVINCI, ano 2022, v. 8, n. 2, p. 124-124, 29 nov. 2022. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisvinci/article/view/6763/52> 15. Acesso em: 29 out. 2023.

PATRIOTA CAVALCANTI NETA, M. de L. PREVALÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO ENTRE ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA E INTOLERÂNCIA A LACTOSE. **Carpe Diem: Revista Cultural e Científica do UNIFACEX**, [S. l.], v. 19, n. 01, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifacex.com.br/Revista/article/view/1142>. Acesso em: 11 de novembro 2023.

RIOS, José L.M., PINTO, Sandra M.E.B., SANTOS, Liziane N.C., SILVA, Eliane M., ESTANISLAU, Natalia R.A., MOTTA, Maria F.A.M.A., et al. **Alergia alimentar não IgE mediada: proctocolite induzida por proteínas alimentares - Atualização**. Arquivos de Asma, Alergia e Imunologia. 2022. Disponível em: http://aaai-asbai.org.br/detalhe_artigo.asp?id=1265. Acesso em: 28 out. 2023.

SOLÉ, Dirceu, SILVA, Luciana R., COCCO, Renata R., FERREIRA, Cristina T., SARNI, Roseli O., OLIVEIRA, Lucila C., et al. **Consenso Brasileiro sobre Alergia Alimentar: 2018** - Parte 1 - Etiopatogenia, clínica e diagnóstico. Documento conjunto elaborado pela Sociedade Brasileira de Pediatria e Associação Brasileira de Alergia e Imunologia. Arquivos de Asma, Alergia e Imunologia, v. 2, n. 1, 2018a. Disponível em: http://aaai-asbai.org.br/detalhe_artigo.asp?id=851. Acesso em: 27 out. 2023.

SOLÉ, Dirceu, SILVA, Luciana R., COCCO, Renata R., FERREIRA, Cristina T., SARNI, Roseli O., OLIVEIRA, Lucila C., et al. **Consenso Brasileiro sobre Alergia Alimentar: 2018** - Parte 2 - Diagnóstico, tratamento e prevenção. Documento conjunto elaborado pela Sociedade Brasileira de Pediatria e Associação Brasileira de Alergia e Imunologia. Arquivos de Asma, Alergia e Imunologia, v. 2, n. 1, 2018b. Disponível em: http://aaai-asbai.org.br/detalhe_artigo.asp?id=865. Acesso em: 27 out. 2023.

Urashima M, Mezawa H, Okuyama M, Urashima T, Hirano D, Gocho N, Tachimoto H. **Primary Prevention of Cow's Milk Sensitization and Food Allergy by Avoiding Supplementation With Cow's Milk Formula at Birth: A Randomized Clinical Trial**. JAMA Pediatr. 2019 Dec 1;173(12):1137-1145. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31633778/>. Acesso em 28 out. 2023.